PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO E A NATUREZA ESTRUTURAL DO "VOO DA GALINHA"

Luiz Filgueiras[1]

Introdução

Nos anos 1990, difundiu-se entre os economistas a expressão "voo da galinha", para designar as baixíssimas e voláteis taxas de crescimento da economia brasileira: estas, em intervalos muito curtos, alternavam subidas e quedas; naquele período, a cada momento de recuperação do nível de atividade, afirmava-se que a economia, enfim, entraria num ciclo mais longo e virtuoso de crescimento. Entretanto, logo em seguida, com o arrefecimento do impulso inicial, a ilusão se desfazia.

Ao fim e ao cabo, no final da década - que se estendeu até o final do segundo Governo FHC em 2002 e o primeiro ano do Governo Lula -, ficou patente que, com a consolidação da inserção do país no circuito mundial de acumulação financeira, a vulnerabilidade externa e a instabilidade da economia brasileira, expressas em uma grande volatilidade macroeconômica, haviam aumentado - tendo por resultado maior uma segunda década "perdida", de estagnação econômica.

Na década de 2000, em especial a partir de sua segunda metade, com a economia brasileira mostrando taxas de crescimento maiores - impulsionadas pela fase ascendente de mais um ciclo econômico mundial -, e por um período de tempo um pouco mais longo, acreditou-se, novamente, que o país estaria retomando a rota do "crescimento sustentado"; mas, dessa vez, com distribuição de renda, diferentemente do período do "velho desenvolvimentismo". Foram gastos rios de tinta para se demonstrar que isso era decorrente da suposta constituição de um novo padrão de desenvolvimento, virtuoso, que teria rompido com o padrão anterior, de natureza neoliberal: estar-se-ia, assim, na presença de um novo tipo de desenvolvimentismo.

No entanto, passado o *boom* das *commodities*, e com a eclosão da crise mundial do capitalismo a partir de 2008, as taxas de crescimento na segunda década do século XXI despencaram de novo - com a colaboração também da política fiscal implementada: primeiro, a política de isenções fiscais, adotada durante o primeiro Governo Dilma, num momento já de desaceleração da economia e, depois, o "ajuste fiscal" iniciado no segundo Governo Dilma e que vem sendo aprofundado pelo Governo Temer. A partir deste ano, com o início da execução da PEC 241/55, o quadro tende a piorar.

Após o impeachment, o Governo Temer trouxe de volta a agenda dos dois Governos FHC: reforma da previdência, reforma trabalhista, privatizações e, agora, um ajuste fiscal

[1] Professor Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. É autor do livro "História do Plano Real" (Boitempo) e, em coautoria com o professor Reinaldo Gonçalves, "A Economia Política do Governo Lula" (Contraponto).

consubstanciado na PEC 241/55 - que manterá constante em termos reais, por vinte anos, os gastos correntes do governo. Na verdade, é a institucionalização (formalizada na Constituição) de um ajuste fiscal permanente; indo muito além da Lei de Responsabilidade Fiscal e da política fiscal de geração de superávits primários, pois alterou radicalmente o que estava estabelecido no capítulo da Constituição referente à ordem social do país.

Em suma, uma conjuntura extremamente adversa para os trabalhadores e a grande maioria do povo brasileiro, conforme previsto pelos que sabem que a bandeira do combate à corrupção, em qualquer latitude e principalmente no Brasil, desde sempre, é um instrumento sistematicamente utilizado na luta política, em particular pelas forças conservadoras e reacionárias - para chegar ao poder e implementar o seu programa político-social-econômico. Exemplos não faltam: a escalada de denúncias que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, a eleição da Jânio Quadros com a sua vassoura, o golpe militar de 1964, a eleição de Collor ("o caçador de marajás") e posteriormente o seu impeachment; todos eles episódios políticos turbinados por campanhas e mobilizações contra a corrupção.

Assim, mais uma vez, como nos anos 1990, o discurso é de que tudo isso é necessário para a retomada do "crescimento econômico sustentado", tendo como previsão e argumento central de que, com essas medidas, o empresariado recobrará a confiança e passará a investir - em que pese todas elas se direcionarem, essencial e claramente, aos interesses do capital financeiro e estimularem a prática rentista do capital em geral. Em especial, a manutenção de taxas de juros elevadas e o aprofundamento e a perenidade do ajuste fiscal após a aprovação da PEC241/55, em um cenário econômico internacional estagnacionista e conturbado politicamente, conspiram contra a retomada do crescimento no curto prazo; e, mais importante, nem de longe constrói uma trajetória temporal de "crescimento sustentado": conceito este inaplicável às economias capitalistas dependentes, tecnológica e financeiramente, e inseridas de forma subordinada na divisão internacional do trabalho moldada pelo grande capital (produtivo e financeiro) a partir dos países imperialistas.

Capitalismo dependente e padrão de desenvolvimento

A ideia da possibilidade de um "crescimento econômico sustentado", que dependeria fundamentalmente da adoção de políticas macroeconômicas "corretas" e de boas instituições (normalmente a dos países desenvolvidos), traz subjacente a crença de que todos os países têm a mesma capacidade e poder de definição das trajetórias de suas respectivas economias e de implementação de suas políticas macroeconômicas. No entanto, para a sua grande maioria, essa possibilidade é uma completa ilusão!

Em geral, esse crescimento é definido por uma trajetória econômica de "longo prazo" relativamente estável, de aumento do PIB, e na qual suas taxas de crescimento sejam compatíveis com: 1- taxas de inflação muito baixas e previsíveis e 2- equilíbrio do Balanço de Pagamentos, em particular da conta de Transações Correntes - de modo que o "estrangulamento externo da economia" (uma crise cambial ou sua ameaça) não aborte a trajetória de crescimento.

Infelizmente, esse melhor dos mundos não está ao alcance dos países capitalistas dependentes, por um simples motivo: eles não têm controle de suas vulnerabilidades externas estruturais, que são determinadas:

1- Por suas estruturas produtivas muito especializadas (*commodities* agrícolas e/ou minerais) ou, quando relativamente diversificadas como é o caso do Brasil, dominadas em seus segmentos mais importantes (em especial da indústria) por corporações multinacionais - cuja dinâmica tecnológica encontra-se nos seus países de origem e cujo peso na Conta de Serviços e Rendas do Balanço de Pagamentos é enorme, em razão das suas remessas de divisas na forma de juros, lucros, dividendos, royalties etc. O déficit permanente e tendencialmente crescente dessa conta, em todos os países periféricos, é a expressão mais visível da vulnerabilidade externa estrutural. A configuração da dependência tecnológica e financeira é evidente em ambos os casos: são países com estruturas produtivas pouco diversificadas e/ou com forte participação do capital estrangeiro (ausência de um forte núcleo endógeno de geração de tecnologia) e a mercê de preços internacionais voláteis e fora de seu controle.

2- Pela fragilidade de suas formas de inserção na divisão internacional do trabalho: por um lado, são países que possuem um padrão exportador calcado em *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado e menor intensidade tecnológica (ainda da 2ª revolução tecnológica) e, em sentido contrário, um padrão importador de produtos de elevado valor agregado e maior intensidade tecnológica (em especial da 3ª revolução tecnológica) - o que implica volatilidade no saldo da Balança Comercial. De outro lado, uma forma de articulação com os mercados financeiros internacionais com fraca regulação, que promove a instabilidade macroeconômica e condiciona fortemente, até com ameaças e chantagens, o tipo e o alcance das políticas econômico-sociais adotadas.

A história do capitalismo brasileiro ilustra claramente as consequências da situação de dependência e vulnerabilidade externa estrutural; os problemas macroeconômicos fundamentais são sempre os mesmos: ameaça de "estrangulamento" externo (décadas de 1980 e 1990) e/ou forte aceleração da inflação (anos 1950-60 e 1980), que condicionam, reduzem ou abortam o crescimento econômico.

Entretanto, do ponto vista conjuntural, essa vulnerabilidade externa estrutural pode se expressar com maior ou menor gravidade em cada momento, em razão de circunstâncias específicas propiciadas pela dinâmica da economia mundial; configurando-se o que se pode chamar de uma "vulnerabilidade externa conjuntural". No período dos Governos Lula, por exemplo, o país conviveu com circunstâncias internacionais favoráveis, em termos imediatos, que reduziram essa vulnerabilidade - durante cinco anos a conta de Transações Correntes foi superavitária -, possibilitando a escolha e execução de políticas econômico-sociais que induziram um melhor desempenho da economia.

Após a crise geral do capitalismo em 2008, as circunstâncias internacionais pioraram drasticamente os fluxos de comércio e financeiros, afetando fortemente a demanda e os preços das commodities e limitando as possibilidades de crescimento em geral e da economia brasileira em particular. Depois do impacto inicial, a consequência maior e mais duradoura se

fez sentir principalmente a partir do Governo Dilma que, ao tentar estimular a economia via desonerações fiscais, não só não obteve resposta produtiva por parte dos empresários como também deteriorou rapidamente, no curto prazo, as contas públicas em razão da queda das receitas orçamentárias. No início do segundo Governo Dilma, a política fiscal ortodoxa adotada afundou de vez a economia e contribuiu, decisivamente, para a fragilização política do governo e o impeachment da Presidente: golpe comandado, direta e indiretamente, pelo grande capital e as forças sociais mais reacionárias da sociedade brasileira.

O programa político-econômico que vem sendo executado pelo Governo Temer, não é surpresa para aqueles que estão acompanhando todo esse processo para além de uma visão moralista: o golpe, evidentemente, não foi para purgar o país da corrupção - um objetivo só aparente e, de resto, absolutamente inexequível. O golpe foi para redefinir, mais uma vez, o capitalismo brasileiro para pior: aprofundamento da desnacionalização da economia (desidratação da Petrobrás e fragilização ou inviabilização das empresas nacionais de engenharia e construção civil), desfiguração do capítulo da ordem social da Constituição brasileira com a PEC 241/55, reforma da previdência para engordar os fundos de pensão privados, reforma trabalhista para flexibilizar a exploração dos trabalhadores e uma reforma do ensino médio saída da cabeça de meia dúzia de técnicos e "educadores". Em suma, aumento da vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira, maior transferência das receitas do governo para o pagamento dos juros da dívida pública, retirada de direitos sociais e trabalhistas, aumento do desemprego e da precarização do trabalho, redução dos salários reais, abertura à privatização do ensino médio público etc.; só para ficar na esfera econômico-social.

Todo esse programa e essas políticas não levarão o país a uma rota de crescimento que, supostamente, teria como base o retorno da "confiança dos empresários", tal como dito pelos seus apoiadores e repetido, dia e noite, pela grande mídia que participou do golpe. Na verdade, o discurso da confiança é dirigido ao capital rentista, com a sinalização de garantia e segurança para as suas aplicações na dívida pública brasileira: é o atendimento da sua vontade e dos seus interesses; os investimentos produtivos dos capitais privados, nacionais ou estrangeiros, não comandarão uma nova fase de crescimento do país. Com a execução da PEC 241/55, a partir deste ano, o recado que se está dando para os empresários e a população em geral é de que o país não tem mais política fiscal, como instrumento de estímulo ao crescimento (uma completa insanidade); o rentismo e os mercados financeiros são o grande negócio, para onde os capitais devem se dirigir e buscar sua rentabilidade, cabendo aos mercados em geral, por si mesmos, encaminhar a retomada do crescimento.

A perspectiva é de estagnação no longo prazo, com maior volatilidade e pequenas recuperações conjunturais: os ciclos de curtíssimo prazo, denominados de "voo da galinha", reduzirão mais ainda sua amplitude; a situação imediata só não é pior em razão do montante de reservas acumuladas pelo país em títulos do governo dos EUA - o que afasta, momentaneamente, o perigo de uma crise cambial. Contudo, o mais grave de tudo é que, na esteira desse processo, estamos assistindo ao aprofundamento da tragédia social brasileira - sob os olhares indiferentes, cínicos e hipócritas das várias frações da burguesia brasileira e das forças políticas que patrocinaram e deram o golpe.